

Relatório

Registo de descrição

Data relatório

2024-06-01

Registo

PT/AUC/ASS/IC - Instituto dos Cereais

Nível de descrição	F
Código de referência	PT/AUC/ASS/IC
Tipo de título	Atribuído
Título	Instituto dos Cereais
Datas de produção	1976-00-00 - 1980-00-00
Dimensão e suporte	3 u. i.; papel
Entidade detentora	Arquivo da Universidade de Coimbra
Produtor	Instituto dos Cereais
História administrativa/biográfica/familiar	<p>O Instituto dos Cereais (IC) foi criado pelo Decreto-Lei n.º 283/72, de 11 de agosto, e regulamentado pelo Decreto-Lei n.º 472/72, de 31 de outubro; em 1 de janeiro de 1973, passou a vigorar como órgão de coordenação e intervenção económica e de centralização de tecnologias e dos estudos laboratoriais e económicos. Das atribuições do Instituto dos Cereais constavam coordenar e disciplinar as atividades de produção, transformação e comercialização de cereais, sementes forraginosas, farinhas, sêmolas, pão e produtos afins, massas alimentícias, bolachas e biscoitos, produtos e subprodutos das indústrias de moagens, panificação, fábricas: de rações, de sêmolas, de massas alimentícias, de bolachas e biscoitos, de farinhas alimentares, de descasque de arroz; assegurar o abastecimento de cereais e dos produtos das atividades coordenadas mencionadas anteriormente, tendo em conta a defesa da produção, as exigências do consumo e os superiores interesses da economia nacional; realizar estudos técnicos e económicos relativos aos sectores anteriormente mencionados; certificar a origem dos produtos e a qualidade dos mesmos. Em 1974, com a extinção dos Grémios e das Federações, as funções de coordenação, disciplina e intervenção económica da Federação Nacional dos Industriais de Moagem e dos Grémios dos Industriais de Arroz, de Panificação e de Moagem ficaram a cargo do Instituto dos Cereais. Mais tarde, foram instituídas, pelo Decreto-Lei n.º 663/76, de 4 de agosto, a Empresa Pública de Abastecimento de Cereais (EPAC) e o Instituto dos Cereais E.P. (ICEP). O Decreto-Lei n.º 551/77, de 31 de dezembro, extinguiu o ICEP e redefiniu os objetivos da EPAC. A publicação da Lei orgânica do Ministério da Agricultura e Pescas (MAP) veio permitir uma solução mais completa para a reestruturação do Instituto dos Cereais, quer pela forma desordenada de criação e ampliação do organismo em 1973 e 1975 quer pela necessidade de adequação das suas funções e das suas estruturas às diretrizes e objetivos governamentais de sector quer, ainda, como preparação para uma futura integração na CEE. A maioria das funções do ICEP passou a ser desempenhada pelos novos organismos do MAP – Instituto de Qualidade Alimentar e Direção das Indústrias Alimentares.</p>
Âmbito e conteúdo	A documentação é constituída por: Farinha requisitada; Manifestos da produção de arroz.
Sistema de organização	Organização por séries; ordenação cronológica. Documentação não tratada arquivisticamente.
Condições de acesso	Esta documentação, porque está depositada no Arquivo Automático da Universidade de Coimbra, tem que ser requisitada ao AUC com antecedência mínima de 15 dias antes da consulta.
Cota descritiva	Arquivo Automático
Idioma e escrita	Português
Instrumentos de pesquisa	Recenseamento